



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.194-A, DE 2024 **(Do Sr. Pedro Aihara)**

Acrescenta § 6º ao art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para definir prazo máximo para a realização de perícia em armas de fogo apreendidas e pertencentes às forças de segurança pública; tendo parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. CORONEL ASSIS).

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE
SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,
RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado:

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL PEDRO AIHARA

Apresentação: 31/10/2024 12:07:35.090 - MESA

PL n.4194/2024

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. PEDRO AIHARA)

Acrescenta § 6º ao art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para definir prazo máximo para a realização de perícia em armas de fogo apreendidas e pertencentes às forças de segurança pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta § 6º ao art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para definir prazo máximo para a realização de perícia em armas de fogo apreendidas e pertencentes às forças de segurança pública.

Art. 2º O art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 25.....

§ 6º Com o intuito de não prejudicar o trabalho dos profissionais de segurança pública, a perícia e a elaboração do respectivo laudo pericial de armas de fogo apreendidas e pertencentes às forças de segurança pública deverão ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias e, após a juntada do laudo pericial aos autos do respectivo inquérito ou processo, essas armas deverão ser restituídas à instituição proprietária.

§ 7º Na impossibilidade de elaboração do laudo pericial no prazo previsto no § 6º deste artigo, poderá ser elaborado relatório preliminar, com as fotografias e dados necessários,





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL PEDRO AIHARA**

Apresentação: 31/10/2024 12:07:35.090 - MESA

PL n.4194/2024

para que as armas de fogo possam ser imediatamente restituídas, sem prejuízo das investigações.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei visa complementar o art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, definindo prazo máximo para a realização de perícia em armas de fogo apreendidas e pertencentes às forças de segurança pública, a fim de garantir e otimizar a sua operacionalidade, bem como de assegurar a manutenção de seu patrimônio bélico.

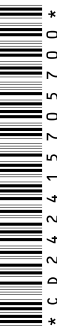
A restituição rápida de armas de fogo às forças de segurança se mostra essencial para evitar dificuldades operacionais decorrentes da falta de armamento adequado e para assegurar a continuidade eficiente das suas atividades em prol da segurança da população. Isto, porque fortalece a capacidade de ação dessas instituições, viabilizando respostas mais rápidas e eficazes em situações de emergência.

Essa medida evita o desgaste de bens de elevado valor econômico e estratégico, garantindo a preservação do patrimônio público. Evita, ainda, que as armas fiquem retidas por períodos prolongados em depósitos judiciais, onde podem ser alvo de furto, extravio ou deterioração, representando economia para os cofres públicos, que não precisarão de gastos adicionais para reposição de equipamentos.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei, que representa um avanço significativo na legislação brasileira no que tange à proteção da sociedade e à efetividade da persecução penal.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado PEDRO AIHARA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10826-22-dezembro-2003-490580-norma-pl.html
---	---

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 4.194, DE 2024

Acrescenta § 6º ao art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para definir prazo máximo para a realização de perícia em armas de fogo apreendidas e pertencentes às forças de segurança pública.

Autor: Deputado PEDRO AIHARA

Relator: Deputado CORONEL ASSIS

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.194, de 2024, de autoria do nobre Deputado PEDRO AIHARA, nos termos da sua emenda, visa a acrescentar um § 6º ao art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para definir prazo máximo para a realização de perícia em armas de fogo apreendidas e pertencentes às forças de segurança pública.

Em sua justificção, o Autor informa que o projeto de lei em pauta “visa complementar o art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, definindo prazo máximo para a realização de perícia em armas de fogo apreendidas e pertencentes às forças de segurança pública, a fim de garantir e otimizar a sua operacionalidade, bem como de assegurar a manutenção de seu patrimônio bélico”.

O Autor entende que a “restituição rápida de armas de fogo às forças de segurança se mostra essencial para evitar dificuldades operacionais decorrentes da falta de armamento adequado e para assegurar a continuidade eficiente das suas atividades em prol da segurança da população. Isto, porque



fortalece a capacidade de ação dessas instituições, viabilizando respostas mais rápidas e eficazes em situações de emergência”.

Argumenta, também, que essa medida evitará “o desgaste de bens de elevado valor econômico e estratégico, garantindo a preservação do patrimônio público” e, ainda, ainda, que evitará que “as armas fiquem retidas por períodos prolongados em depósitos judiciais, onde podem ser alvo de furto, extravio ou deterioração, representando economia para os cofres públicos, que não precisarão de gastos adicionais para reposição de equipamentos”.

Apresentado em 31 de outubro de 2024, o Projeto de Lei nº 4.194, de 2024, em 22 do mês seguinte, foi distribuído à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (mérito) e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54, RICD), sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD) no regime de tramitação ordinário (art. 151, III, RICD).

Aberto, a partir de 29 de novembro de 2024, o prazo de 5 (cinco) sessões para a apresentação de emendas, o mesmo foi encerrado, em 10 do mês seguinte, sem que tenham sido apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 4.194, de 2024, vem à apreciação desta Comissão de Segurança e Combate ao Crime Organizado por tratar de matéria relativa ao controle de armas, nos termos da alínea “c”, do inciso XVI, do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Essa proposição estabelece que a perícia e a elaboração do respectivo laudo pericial deverão ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias e que, após a juntada do laudo aos autos do respectivo inquérito ou processo, as armas deverão ser restituídas à instituição proprietária.

Acresce que, no caso da impossibilidade de conclusão do laudo no prazo, admite-se a elaboração de relatório preliminar, com fotografias



e dados necessários, para que as armas possam ser imediatamente restituídas, sem prejuízo das investigações.

Em síntese, a proposição busca solucionar um problema recorrente enfrentado pelas forças de segurança pública: a retenção prolongada de suas armas de fogo apreendidas, muitas vezes essenciais para a continuidade das atividades operacionais dessas instituições, de modo que a ausência de um prazo definido para a realização da perícia pode gerar prejuízos à eficiência e à segurança dos agentes públicos, além de impactar negativamente o patrimônio bélico do Estado.

O estabelecimento do prazo máximo de 90 (noventa) dias para a conclusão da perícia deve ser considerado em face do estabelecido em face do prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, para as perícias em geral, conforme definido pelo parágrafo único do art. 160 do Código de Processo Penal, que, por sua vez, serão insuficientes para perícias mais complexas, revelando que esse diploma legal está desconectado da realidade.

Por essa, razão, em Substitutivo, será apresentado um dispositivo com redação regulando prazos razoáveis para a perícia em armas de fogo apreendidas e pertencentes às forças de segurança pública, mantendo-se o prazo de 10 dias do CPP, prorrogado por igual período mediante comunicação interna dos peritos à chefia do órgão pericial e, em casos excepcionais, por até 90 (noventa) dias, mediante comunicação da chefia do órgão pericial à autoridade requisitante.

Desse modo, ao mesmo tempo que são regulados prazos para essas perícias, a atribuição desses encargos à chefia do órgão pericial se justifica sob dois ângulos: maior controle sobre o andamento dos trabalhos relativos à sua instituição ao mesmo tempo em que as comunicações externas devem ser procedidas pela autoridade de maior precedência hierárquica da instituição.

Por outro lado, nos trabalhos periciais não existe relatório pericial preliminar, até porque poderia haver conflito com o laudo produzido ao final dos trabalhos, razão porque a hipótese de restituição antecipada mediante relatório preliminar trazida pela proposição em pauta não foi levada em conta.



De resto, a proposta está em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade, previstos no art. 37 da Constituição Federal, ao garantir o uso racional dos recursos públicos e o pleno funcionamento das forças de segurança.

Diante do exposto, quanto ao MÉRITO, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 4.194, de 2024, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado CORONEL ASSIS
Relator



COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.194, DE 2024

Acrescenta um § 6º ao art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento, para definir prazo máximo para a realização de perícia em armas de fogo apreendidas e pertencentes às forças de segurança pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta um § 6º ao art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento, para definir prazo máximo para a realização de perícia em armas de fogo apreendidas e pertencentes às forças de segurança pública.

Art. 2º O art. 25 da Lei nº 10.826, de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 25.

§ 6º Para as armas de fogo apreendidas pertencentes às forças de segurança pública, o laudo pericial será elaborado no prazo de 10 (dez) dias, podendo este prazo ser prorrogado por igual período mediante comunicação interna dos peritos à chefia do órgão pericial e, em casos excepcionais, por até 90 (noventa) dias, mediante comunicação da chefia do órgão pericial à autoridade requisitante.” (NR)

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado CORONEL ASSIS
Relator





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 4.194, DE 2024

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.194/2024, com substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Coronel Assis.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Delegado Paulo Bilynskyj - Presidente, Sargento Gonçalves - Vice-Presidente, Alberto Fraga, André Fernandes, Capitão Alden, Delegada Ione, Delegado Fabio Costa, Delegado Palumbo, Flávio Nogueira, Roberto Monteiro Pai, Rodrigo da Zaeli, Sargento Fahur, Sargento Portugal, Zucco, Allan Garcês, Cabo Gilberto Silva, Capitão Augusto, Coronel Assis, Coronel Chrisóstomo, Coronel Meira, Dayany Bittencourt, Delegado Bruno Lima, Delegado Éder Mauro, Duda Salabert, General Girão, Gilvan da Federal, Hugo Leal, Kim Katagui, Magda Mofatto e Rodolfo Nogueira.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 2025.

Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ
Presidente



**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 4.194, DE
2024**

Acrescenta um § 6º ao art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento, para definir prazo máximo para a realização de perícia em armas de fogo apreendidas e pertencentes às forças de segurança pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta um § 6º ao art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento, para definir prazo máximo para a realização de perícia em armas de fogo apreendidas e pertencentes às forças de segurança pública.

Art. 2º O art. 25 da Lei nº 10.826, de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 25.

§ 6º Para as armas de fogo apreendidas pertencentes às forças de segurança pública, o laudo pericial será elaborado no prazo de 10 (dez) dias, podendo este prazo ser prorrogado por igual período mediante comunicação interna dos peritos à chefia do órgão pericial e, em casos excepcionais, por até 90 (noventa) dias, mediante comunicação da chefia do órgão pericial à autoridade requisitante.” (NR)

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 2025.

Deputado Delegado Paulo Bilynskyj
Presidente

